

URBANISMO

Mudanças no projeto Água Espraiada são alvo de críticas em debate com vereadores

O que é uma Operação Urbana? Teoricamente, este deveria ser um importante instrumento para que a cidade se desenvolva de forma planejada e beneficiando tanto a iniciativa privada quanto a população, tanto o transporte coletivo quanto a malha viária destinada aos automóveis, tanto o aspecto habitacional e econômico quanto a melhoria da qualidade ambiental e aumento da área verde. Mas, a implantação da Operação Urbana Água Espraiada, aprovada há mais de dez anos, tem mostrado que a teoria está longe da prática.

Esta semana, a Câmara de Vereadores promoveu uma audiência pública para debater o projeto de lei enviado pelo prefeito Gilberto Kassab com a população do Jabaquara e outros bairros envolvidos. Boa parcela da comunidade local, em especial moradores dos bairros Vila Fachini, Vila do Encontro, Jardins Aeroporto e Vila Parque Jabaquara, é contrária às alterações propostas. Para a nova proposta, um túnel de 3,8 quilômetros será construído para ligar a Avenida Jornalista Roberto Marinho à Rodovia dos Imigrantes, ao

custo de mais de R\$ 4 bilhões; enquanto que na proposta original, com estimativa de custo de R\$ 1 bilhão, haveria apenas um pequeno túnel, de 400 metros, para garantir passagem sob a Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira. Uma das principais causas de protesto geradas pela mudança sugerida, além do valor mais alto, é que o traçado proposto está fora da área de abrangência da OUC Água Espraiada, o que significa a descaracterização de um argumento essencial neste tipo de operação: a revitalização da região. "O projeto de Operação Urbana é para valorizar a área, e não tirar um momento do local", disse o engenheiro civil e representante da Associação dos Moradores da Encosta do Aeroporto, José Orlando Ghedini, que estudou o projeto do Executivo e apresentou uma planta do que era o plano de 2001 e o que será feito agora.

O debate na Câmara dos Vereadores, ainda, foi marcado por muitas críticas. Mais de 100 pessoas participaram

de infraestrutura Urbana e Obras, Elton Santa Fé Zacarias, apoiou as mudanças. "Se tivermos ganho ambiental e facilidade de acesso com essa obra", disse.

O promotor de Habitação e Urbanismo do Ministério Público Marco Antônio Ribeiro Lopes disse que, se o projeto for aprovado como está, será questionado na Justiça. "Este projeto fere inúmeras leis, ou seja, entra na ilegalidade e inconstitucionalidade", afirmou.

Vale destacar que o debate foi promovido pela Comissão de Constituição e Justiça, ou seja, pelo grupo de vereadores que terá o poder de impedir que este projeto vá à votação, se o considerarem inconstitucional. Os moradores das áreas que serão atingidas pelas desapropriações avaliam que, se o projeto for aprovado, as chances de ser aprovado são altas, já que o prefeito conta com maioria entre os vereadores. O presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Anselmo Taito (PT), se comprometeu a analisar o tema e verificar se há pontos de legalidade.

"Não são moradores como representantes do Ministério Público, que questionam vários aspectos legais da proposta, do Tribunal de Contas do Município, que também tem impedido a implantação do projeto no formato atual, e até membros do Conselho Gestor da Operação Urbana, que certamente estaríamos legalmente desrespeitados. Outra forte crítica foi ao fato de o novo projeto prever a construção de um parque de lazer em uma Zona de Interesse Social.

Segundo o vereador Aníbal Miguel (PR), a Operação Urbana é muito importante, mas é fundamental que a população seja respeitada. "Acho que essas operações são necessárias para melhorar. Mas ficam debatendo a questão do túnel, sendo que ainda nem as obras do 1º trecho do projeto foram concluídas. Precisamos pensar nas prioridades, que são as habitações populares. As famílias daquela região vivem em condições precárias, e por que ficam pensando em projetos faraônicos?", defendeu Miguel. O secretário municipal

de Infraestrutura Urbana e Obras, Elton Santa Fé Zacarias, apoiou as mudanças. "Se tivermos ganho ambiental e facilidade de acesso com essa obra", disse.

O promotor de Habitação e Urbanismo do Ministério Público Marco Antônio Ribeiro Lopes disse que, se o projeto for aprovado como está, será questionado na Justiça. "Este projeto fere inúmeras leis, ou seja, entra na ilegalidade e inconstitucionalidade", afirmou.

Vale destacar que o debate foi promovido pela Comissão de Constituição e Justiça, ou seja, pelo grupo de vereadores que terá o poder de impedir que este projeto vá à votação, se o considerarem inconstitucional. Os moradores das áreas que serão atingidas pelas desapropriações avaliam que, se o projeto for aprovado, as chances de ser aprovado são altas, já que o prefeito conta com maioria entre os vereadores. O presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Anselmo Taito (PT), se comprometeu a analisar o tema e verificar se há pontos de legalidade.



Cerca de 100 pessoas participaram, no tarde de ontem, dia 28, de uma audiência na Câmara Municipal. Os moradores de bairros como Vila Fachini, acreditam que as alterações propostas pelo prefeito Gilberto Kassab na lei que cria a Operação Urbana Água Espraiada nem sejam votadas pelos vereadores, por considerarem que são ilegais

EDUCAÇÃO

Aprovado projeto de lei que regulamenta EMIA

A polêmica se estende por dois anos e envolveu comunidade, professores, vereadores. Mas, foi finalmente aprovado esta semana o projeto de lei que regulamenta a organização da Escola Municipal de Iniciação Artística - EMIA. Foram 34 vereadores favoráveis à proposta de que a contratação de professores que virão a lecionar na instituição será feita através de parcerias com Organizações de Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPIs). Além disso, o conteúdo dos futuros profissionais das OSCIPIs deverá ser

apresentado no edital de contratação para análise prévia do corpo diretivo da escola. O projeto agora vai para sanção do prefeito Gilberto Kassab.

Doze vereadores de PT e PR foram contrários à proposta e um (Adilson Amadeu, do PTB) se absteve de votar. O líder do PPS, Claudio Fonseca, defendeu que a medida vai garantir a permanência da maioria dos 50 profissionais de educação artística que não também vínculo empregatício estatutário, apenas contratos que "estão à beira da extinção podendo

colocar em risco o próprio funcionamento da Escola".

"Agora, não haverá a interrupção do funcionamento tanto da Escola Municipal de Educação Artística quanto dos programas de formação dos professores de educação, posto que o Programa de Educação Artística está vinculado aos programas da Escola Municipal de Iniciação Artística que poderá ajudar significativamente na formação dos professores da rede municipal de ensino", afirmou.

A polêmica começou em

2009, quando o secretário Carlos Augusto Call apresentou um projeto que enfrentou resistência da comunidade local, ao propor a parceria com OSCIPIs. Na época, o diretor da EMIA, Mônica Soares de Andrade, se posicionou favorável ao PT 433/09, contanto que fossem feitas emendas no mesmo. "Alguns pais de alunos manifestaram seu desejo de manter a EMIA como é.

A EMIA fica dentro do Parque de Conhecimento, à Rua Volkswagen, sem número. É considerada uma referência



na educação artística extracurricular de crianças e suas aulas costumam ser muito disputadas.

A proposta foi aprovada por 34 vereadores, mas rejeitada por 12 parlamentares do PT e PR